

## **RESISTIR PARA HABITAR: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM DOIS PERÍODOS**

Pedro Henrique da Silva Gomes

### **RESUMO SIMPLES**

Esse artigo tem como objetivo analisar a atuação do Estado no planejamento urbano e as reações, em forma de luta, da população marginalizada pela redução das desigualdades urbanas no município do Rio de Janeiro em dois períodos políticos distintos: o de 1964 a 1985, período da Ditadura Militar e entre 2009 e 2016, na gestão Eduardo Paes; bem como os interesses determinantes para a articulação de políticas de habitação e remoção e os paradigmas que norteiam o planejamento urbano nos períodos estudados. A metodologia aplicada baseou-se em pesquisa bibliográfica em artigos, livros e periódicos utilizando conceitos e autores relevantes à temática.

O planejamento estatal, em ambos os períodos, foi dispositivo de dominação da população favelada em prol dos interesses chamados desenvolvimentistas e imobiliários. Entretanto, nos dois períodos analisados existiram manifestações de luta pela permanência e melhorias nas condições de vida. Experiências de planejamento elaborado pelos próprios moradores ameaçados de remoção como ferramenta de contestação da atuação do Estado.

Verificamos, assim, as continuidades e descontinuidades das ações do Estado para o planejamento de habitação popular nos dois períodos estudados e compreender a maneira pela qual o interesse imobiliário agiu como catalisador de conflitos nos territórios do município nos períodos de análise.

### **RESUMO EXPANDIDO**

Esse artigo tem como objetivo analisar a atuação do Estado no planejamento urbano e as reações, em forma de luta, da população marginalizada pela redução das desigualdades urbanas no município do Rio de Janeiro em dois períodos políticos distintos: o de 1964 a 1985, período da Ditadura Militar e entre 2009 e 2016, na gestão do prefeito Eduardo Paes; bem como os interesses determinantes para a articulação de políticas de habitação e remoção e os paradigmas que norteiam o planejamento urbano nos períodos estudados.

Buscaremos analisar, especificamente, o planejamento urbano estatal e a resposta insurgente da população na cidade do Rio de Janeiro nos contextos do BNH e do Programa Minha Casa, Minha Vida. Dessa forma, poderemos verificar as continuidades e descontinuidades das ações do Estado para o planejamento de habitação popular nos dois períodos estudados e compreender a maneira pela qual o interesse imobiliário agiu como catalisador de conflitos nos territórios do município nos períodos de análise.

O Planejamento Urbano no Brasil foi historicamente caracterizado por políticas públicas realizadas principalmente em períodos autoritários. As primeiras, datam da República Velha (1889-1930), com destaque para as reformas de Pereira Passos, no atual município do Rio de Janeiro, então capital do país. As reformas do período eram fortemente influenciadas pelas ideias urbanísticas europeias. O resultado desse binômio autoritarismo e importação de padrões representou desde esse momento inicial uma contradição entre a



Formação e ação no Campo de Públicas:  
identidade, diversidade e tecnopolítica  
da democracia republicana

cidade organicamente construída e a cidade idealizada pelo Estado.

A intensificação da urbanização estimulada pela lógica capitalista fez eclodir a questão habitacional nas metrópoles como uma questão de urgência. A favelização das metrópoles se intensificou no processo de urbanização e industrialização e foi instrumentalizada pelo capitalismo como uma forma de reduzir o custo socialmente necessário de reprodução dos trabalhadores. Na cidade do Rio de Janeiro, as favelas representam a solução habitacional possível para grupos que nunca puderam acessar o mercado formal de moradia. Paradoxalmente, a cidade sempre dependeu dos grupos favelados para efetivar os processos de acumulação capitalista e de desenvolvimento da cidade. Essa contradição se expressou em políticas de remoção de residentes que viviam nos espaços de interesse para o capital industrial e imobiliário e que não se enquadraram nos padrões socioeconômicos que o planejamento objetivava.

Durante a ditadura militar, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) foi uma das formas do regime militar se legitimar frente às contradições que emergiram desde as décadas anteriores. No Rio de Janeiro, especificamente, a atuação do BNH foi coordenada pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) e foi determinante para ditar as remoções de favelas durante o período de acordo com os interesses do capital industrial e imobiliário.

Entre os anos de 1968 e 1975 foram removidos cerca de 140 mil moradores de oitenta favelas (PESTANA, 2022), especialmente na zona sul da cidade, que estava sendo destinada à habitação para as classes média e alta. Na época, os favelados eram vistos pelo Estado como uma população degenerada pelas próprias condições de vida na favela e a vida nos conjuntos habitacionais do BNH iria regenerar essa população e elevá-los à condição cidadã.

Quase quatro décadas depois, em um contexto de política neoliberal na cidade, a lógica da remoção de populações de áreas de interesse do capital foi repaginado sob a forma de outro programa popular de habitação, o Minha Casa Minha Vida, que preservou o conteúdo das políticas anteriores baseadas na construção de prédios residenciais em áreas periféricas, distantes de redes de serviços públicos e privados e das possibilidades de emprego.

O planejamento urbano estatal, em ambos os períodos, foi dispositivo de dominação da população favelada em prol dos interesses chamados desenvolvimentistas e imobiliários. Entretanto, nos dois períodos analisados existiram manifestações de luta pela permanência e melhorias nas condições de vida. Experiências de um planejamento elaborado pelos próprios moradores ameaçados de remoção como ferramenta de contestação da atuação do Estado.

Entre os anos de 1964 e 1971 a favela de Brás de Pina resistiu à política de remoção do governo Lacerda e protagonizou a primeira experiência da recém criada

Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO). Brás de Pina é vista como um caso único de resistência e vitória na luta pela permanência e pela melhoria nas condições de vida da população favelada, especialmente considerando as condições históricas estabelecidas na década de 1960 - com uma atuação estatal fortemente pautada na erradicação das favelas e no autoritarismo crescente do regime militar.

Similarmente, o caso de resistência à remoção da Vila Autódromo representou de forma emblemática os conflitos entre favelas e o planejamento neoliberal da gestão do prefeito Eduardo Paes. A prefeitura do Rio de Janeiro praticava uma intensiva política de remoção de favelas associada aos megaeventos esportivos, deslocando a população favelada de áreas de interesse turístico e imobiliário para áreas distantes, combinando a política de remoção com o programa do governo federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Em ambos os casos de resistência, os moradores puderam elaborar um plano de urbanização popular com o apoio de assessorias técnicas, disputando a atuação do planejamento urbano com os interesses imobiliários e do Estado.

O objetivo desta pesquisa é realizar uma análise comparativa dos contextos sociais e políticos relacionados ao planejamento urbano e políticas de habitação, analisando a atuação do poder público e do capital privado como principais agentes na implementação políticas de remoções e alterações no planejamento habitacional da cidade que acentuam as desigualdades urbanas e acirram as disputas de poder e os conflitos entre os atores sociais envolvidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Mario Sergio. Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as 'utilidades' para os favelados (1968-1973). In: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ – Zahar Editores, 1981.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio L.; COLI, Luis Régis. **Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo**. In: Cibele Saliba RIZEK; Lindijane ALMEIDA (Organizadoras). **Movimentos sociais na cidade e no campo: olhares e questões contemporâneas** (pp. 91-122). São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2022.



Formação e ação no Campo de Públicas:  
identidade, diversidade e tecnopolítica  
da democracia republicana